

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.307 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2001



ACM diz que renúncia não é confissão

Ex-presidente do Senado afirma que já tomou a decisão de concorrer a um novo mandato de senador e descarta candidatura ao governo da Bahia

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem não temer que a opinião pública interprete sua renúncia ao mandato, prevista para hoje, como uma confissão de culpa. O ex-presidente do Senado abordará, no discurso previsto para as 15h30, sua intenção de voltar à Casa em um novo mandato, como ele próprio antecipou em entrevista coletiva. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, garantiu ontem que o governo não está preocupado com o discurso e que poderá rebater acusações injustas por parte do ex-presidente do Senado. Segundo o senador Lúcio Alcântara, os parla-

mentares do PSDB ocuparão a tribuna para responder a eventuais críticas de Antonio Carlos. A senadora Emilia Fernandes divulgou nota repudiando reportagem do *Jornal do Brasil* segundo a qual ela teria votado contra a cassação do então senador Luiz Estevão. O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, declarou que, depois de “ter mentido sobre a destruição da lista secreta, o ex-presidente do Senado perdeu a credibilidade”. Dutra se recusou a defender-se de “fofocas”, diante dos boatos de que ele teria lido a lista com os votos da sessão que cassou o então senador Luiz Estevão, no dia 27 de junho de 2000.

PÁGINA 3

“Não vou fazer ataques gratuitos”, afirmou o ex-presidente do Senado, cujo discurso de renúncia é esperado para as 15h30

REUNIÃO CONJUNTA

Pedro Malan deve falar a comissões sobre o socorro aos bancos Marka e FonteCindam

PÁGINA 6

Impasse entre governo e PMs grevistas no Tocantins preocupa senadores

PÁGINA 5

POSSE NO SENADO

Lindberg Cury defende urgência na implantação do gasoduto Brasil-Bolívia

PÁGINA 4



Lindberg Cury (C) presta juramento como novo senador pelo Distrito Federal

Plenário vota norma para pagamento de comissão a vendedor

Empresas podem ser obrigadas a pagar de uma vez só, mesmo se a venda tiver sido feita a prestações

As empresas que empregam vendedores viajantes ou praticistas poderão ser obrigadas a pagar, numa única parcela, as comissões e percentagens resultantes das vendas realizadas a prestações. Projeto nesse sentido será votado hoje pelo Senado e, se aprovado, permitirá que o empregado receba integralmente sua comissão, sem depender da efetiva quitação, pelo comprador, do débito remanescente.

Oriundo da Câmara, o projeto nasceu da preocupação com o fato de que muitas empresas retêm o pagamento de comissões e percentagens devidas aos vendedores viajantes até a cobrança dos valores da venda. A idéia é obrigar a empresa a pagar integralmente a comissão do empregado no momento em que o cliente paga a primeira prestação. E, para resguardar o direito do empregador, a iniciativa prevê a possibilidade de estorno posterior dos valores relativos aos



Nabor Júnior defende desincompatibilização de candidatos à reeleição

pagamentos não efetivados por devedores insolventes.

Na mesma sessão, o Senado vota em segundo turno a proposta de emenda constitucional do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. Se aprovada, a matéria ainda vai à deliberação da Câmara.

Com essa emenda, Nabor Júnior disse que deseja desincompatibilizar os chefes do Executivo que quiserem se reeleger, tirando-os da condição privilegiada em que se encontram, visto que, permanecendo no cargo, é fácil usarem a máquina administrativa em favor de suas candidaturas.

Também hoje, o Senado vota decretos legislativos renovando permissão para o funcionamento de duas emissoras de rádio, uma em Porto Alegre (RS) e outra em Monte Alto (SP).

Comissão mista examina MP que define cédula de crédito bancário

Será instalada hoje, às 11h, a comissão mista destinada a apreciar a medida provisória que dispõe sobre a cédula de crédito bancário. O instituto é um título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito. Os parlamentares elegerão o presidente e o vice-

presidente da comissão. O relator deverá ser o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Conforme a MP, na cédula de crédito bancário poderão ser pactuados os juros, os critérios de atualização monetária ou de variação cambial e as penalidades em caso de atraso. O título poderá ser garantido por fiança ou garantia real por bem patrimonial de qualquer espécie.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: continuação da terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e de prefeitos; PLC nº 79/00, altera a Lei nº 3.207/57, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, obrigando o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens resultantes das vendas realizadas a prestações; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 84/00, dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidores públicos para atenção integral à saúde da mulher; PLC nº 2/01, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 34/01, altera redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; Aviso nº 138/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 570/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (TCU/Reino Unido); PLS nº 53/00, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para promoção, projeto e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nºs 526 e 538, de 1999 (tramitação conjunta), alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos e seus componentes e afins; PLS nº 277/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao PLC nº 181/89, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto das Cidades). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. *Plenário nº 2 da Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

10h — Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 23/01 (Lei das S.A.), altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Após reunião conjunta — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 44/01, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal, incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime; PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil; PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente; PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da lei mediante seqüestro e restringi o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLS nº 2/00 (tramitando em conjunto com o PLS nº 21/00), estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoa jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou

domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); e Requerimentos nºs 234/01, do senador Bello Parga, solicitando ao Ministério da Fazenda esclarecimentos sobre as investigações de Eduardo Jorge e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; e nº 235/01, solicitando ao Ministério da Fazenda por meio do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes de rastreamento realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o parecer do PLS nº 61/00, institui o Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às instituições de ensino superior públicas e para instruir o parecer do PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo nº 26 da Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Convidadas: secretárias da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/ME), Ruy Leite Berger Filho, e da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro; da especialista em Avaliação de Sistemas Educacionais — Fundação Carlos Chagas (SP), professora Clariza Prado de Souza, e do presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

11h — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2065-21, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.

Pauta: eleição do presidente e vice-presidente e apresentação do parecer sobre a admissibilidade. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; e Aviso nº 15/99, encaminha ao Senado, relatório das atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao 4º trimestre de 1998. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

9h30 — I Fórum Nacional de Saúde Ocular — Oftalmologistas do Brasil e do exterior vão debater as principais causas da cegueira no Brasil e como o poder público pode atuar na sua prevenção. Auditório Patrônio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do exterritório federal de Rondônia; PLC nº 62/00, que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa (PB); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 244/01, do senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 71/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o crise energética e o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, com a presença do ministro de Minas e Energia, senador José Jorge. *Plenário nº 2 da Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

9h30 — Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle

Pauta: exposição do ministro Pedro Malan, da Fazenda, acerca dos fatos vinculados pela revista *Veja*, edição nº 1.701, de 23-5-01 (caso Marka e FonteCindam). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do presidente da Federação Carioca, Eduardo Augusto Viana da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader diz que extrair cópia de lista violaria a Constituição

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que não determinará a obtenção de cópia da lista da votação que resultou na cassação do senador Luiz Estevão, argumentando que, se uma votação é secreta, cabe ao presidente do Senado mantê-la secreta.

– Imagine se vou promover algum ato que viole a Constituição. Extrair qualquer lista, ainda que fosse tecnicamente possível, seria violar a Constituição – reagiu.

Jader recusou-se a comentar declarações do senador Antonio Carlos Magalhães segundo as quais o presidente Fernando Henrique Cardoso teria tido conhecimento da lista.

– Eu não vi e não faço nenhum juízo a respeito disso – afirmou.

O senador negou-se também a fazer comentários sobre o conteúdo do discurso que Antonio



Jader Barbalho afirmou que presidirá a sessão plenária de hoje à tarde

Carlos deverá pronunciar hoje.

– Não faço nenhum juízo de valor antecipado de qualquer atitude. A única certeza que vocês podem ter – disse aos jornalistas – é que eu estarei presidindo a sessão.

Emilia repudia notícia de que teria votado a favor de Estevão

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) divulgou nota repudiando reportagem publicada ontem pelo *Jornal do Brasil* segundo a qual ela teria votado contra a cassação do então senador Luiz Estevão. “A informação é tão sem fundamento quanto o argumento apresentado, de que teria votado daquela maneira porque estaria tratando de filiação ao PMDB”, diz a nota. Emilia Fernandes afirma que qualquer suposta lista que vier a aparecer não terá a menor credibilidade.

Eis a íntegra da nota:

“Repudio matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, onde afirma-se que, de acordo com suposta ‘lista’, teria votado contra a cassação do senador Luiz Estevão. A ‘informação’ é tão sem fundamento quanto o argumento apresentado de que teria votado daquela forma porque estaria tratando de ‘filiação ao PMDB’. Lembro ainda que, candidata ao governo do estado, em 1998, minha campanha foi fundamental para eleger a Frente Popular e que, em momento algum, sequer cogitei a possibilidade de filiar-me ao partido em questão. Por outro lado, é compreensível, mas inaceitável, que aqueles que, obrigados a renunciar a seus cargos, por quebra de decoro parlamentar, passem a atacar exatamente quem mais os

combateu, não apenas no episódio da violação do painel, mas em todos os momentos. Apesar de não pertencer ao Conselho de Ética, exercendo meu papel de senadora participei de todo o processo, que chegou ao enfrentamento com o senador Antonio Carlos Magalhães, a quem qualifiquei como ‘arrogante e prepotente’, e que, hoje, mostra-se revanchista e perigoso. Neste momento, infelizmente, depois do que a sociedade assistiu no Conselho de Ética, evidenciando a repetida prática da mentira e da dissimulação por parte dos envolvidos, qualquer suposta ‘lista’, que vem se somar a tantas que já circulam, não tem a menor credibilidade e fé pública.”



Emilia Fernandes: “A informação é tão sem fundamento quanto o argumento apresentado”

ACM renuncia hoje, mas adianta que pretende voltar

Senador faz discurso às 15h30 para formalizar a renúncia ao mandato, que não significa, segundo ele, uma confissão de culpa

No discurso de renúncia que fará hoje em Plenário, o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) abordará sua intenção de voltar à Casa para um novo mandato. Foi o que ele próprio declarou ontem, em entrevista coletiva concedida no final da tarde, em seu gabinete.

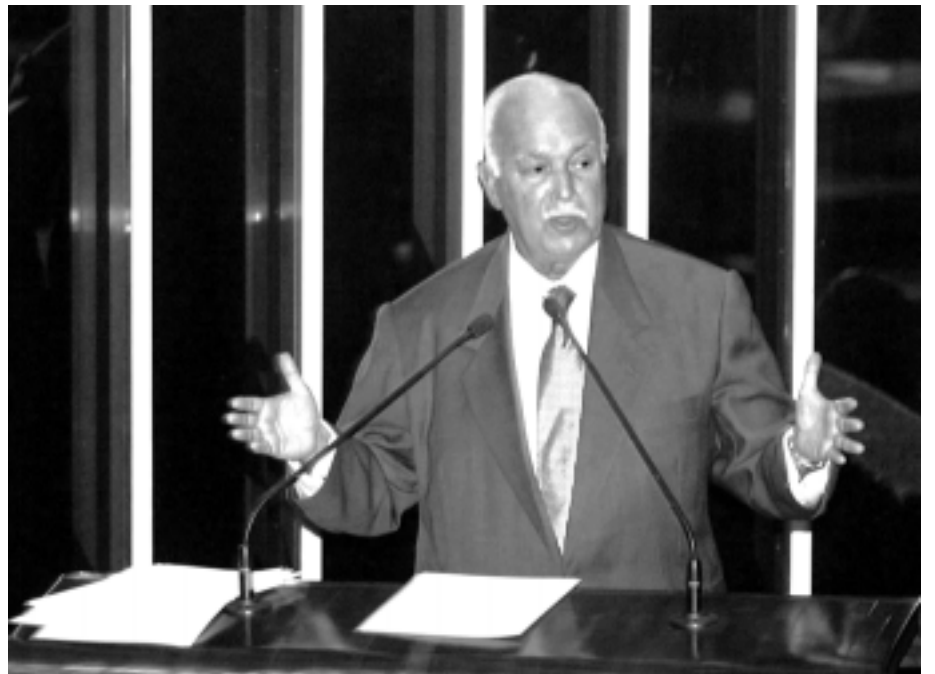
Antonio Carlos disse não temer que a opinião pública interprete sua renúncia como uma confissão de culpa, pois pretende mostrar que está sendo julgado por quem não teria condições de fazê-lo.

– A decisão já está tomada, o que não quer dizer que não possa ser mudada – disse Antonio Carlos, referindo-se à provável candidatura ao Senado nas eleições do ano que vem e descartando a idéia de concorrer ao governo da Bahia.

Ele não quis antecipar o que dirá em relação ao governo, ao presidente Fernando Henrique e a colegas aos quais tem dirigido críticas. Horas antes, ao chegar ao Senado, Antonio Carlos avisara que iria “dizer toda a verdade”, o que gerou especulações sobre a possibilidade de ele fazer ataques ao governo e apresentar novas denúncias de corrupção e irregularidades.

– Não vou fazer ataques gratuitos – disse o ex-presidente.

Conforme o senador Paulo Souto (PFL-BA), um de seus aliados, Antonio Carlos permanecerá fiel ao seu estilo. Mas, em entrevista à Rádio Senado, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que aconselharia Antonio Carlos a não atacar o governo. O senador baiano deveria participar ontem à noite de reunião com parlamentares do PFL para discutir o conteúdo de seu pronunciamento, marcado para as



Antonio Carlos Magalhães critica o governo e dirige ironias ao presidente Fernando Henrique Cardoso, porém diz que não vai fazer ataques gratuitos

15h30 de hoje.

Na entrevista coletiva, Antonio Carlos mesclou críticas diretas ao governo, como a de que houve negligência no caso da energia elétrica, com ironias dirigidas ao presidente Fernando Henrique. “Por que o meu discurso deveria preocupar o presidente? Ele não se preocupa com nada”, indagou aos jornalistas. Sobre se Fernando Henrique teve acesso à lista, Antonio Carlos fez suspense e mais de uma vez lembrou que “tudo é possível”.

Segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), os parlamentares do partido ocuparão a tribuna para responder a eventuais críticas de Antonio Carlos e fazer reparos a observações consideradas incorretas. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), garantiu que o governo não está preocupado com o discurso e que poderá rebater acusações injustas da parte de Antonio Carlos.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Ramez Tebet (PMDB-MS), será “lembrado” no discurso de renúncia, segundo Antonio Carlos, “mas não citado nominalmente”. O ex-presidente do Senado mantém a versão de que rasgou a lista dos votos na sessão secreta em que Estevão foi

cassado, mas diz que se lembra de quem votou contra e quem votou a favor. Ele prometeu não fazer novas afirmações sobre como votaram os 80 senadores além de Estevão, para não correr o risco de ser traído pela memória, que considera boa. Também para não ser injusto, evitou fazer afirmação sobre se o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), teve acesso à lista.

A possibilidade de que Antonio Carlos se apresente como vítima de um complô e o único senador ético foi condenada por Dutra. Na opinião do senador petista, depois de ter mentido sobre a destruição da lista secreta o ex-presidente do Senado perdeu a credibilidade. O líder do Bloco Oposição disse preferir que entrem com representação contra ele no Conselho de Ética, já que assim se defenderia da acusação formal de que leu a lista. Ele se recusa a defender-se de “fofocas”. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou desconhecer qualquer proposta de representação do PFL contra Dutra no Conselho de Ética.

– Se uma tal representação fosse apresentada eu não a assinaria e ainda deixaria o partido – declarou Eduardo Siqueira Campos.



O Plenário (acima) ficou lotado durante a posse de Lindberg Cury, que defendeu a construção de ramal, até o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, do gasoduto Brasil-Bolívia



Lindberg Cury é o mais novo senador pelo DF

O Senado deu posse ontem ao novo senador pelo Distrito Federal, Lindberg Cury (PFL). O parlamentar assumiu a cadeira do ex-senador José Roberto Arruda, que renunciou quinta-feira. Em seu primeiro discurso, Lindberg Cury defendeu a urgência da implantação do ramal do gasoduto Brasil-Bolívia para Brasília, Goiás e Mato Grosso do Sul para dar, ao Centro-Oeste, condições de infraestrutura que impulsionem o desenvolvimento da região.

Segundo Lindberg, a obra é viável dos pontos de vista técnico e econômico, estando condicionada apenas à disponibilidade de recursos. Ele clamou as bancadas da região a se unirem, desde já, para incluir, no Orçamento Geral da União, recursos para a obra que significará suprimento regular de gás, para consumo direto e na forma de insumo fundamental à produção industrial.

O senador lembrou sua longa experiência empresarial para pregar a urgência de uma simplificação tributária que dote o empresário da agilidade necessária à competitividade de um mercado

cada vez mais globalizado, sob pena de não se gerar riqueza e emprego em quantidade suficiente para atender às necessidades da população brasileira.

Entre as medidas que devem ser analisadas no âmbito da reforma tributária, Lindberg citou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como elemento de justiça tributária, por incidir de forma mais acentuada sobre os ricos do que sobre os pobres. Ele defendeu a possibilidade de uma elevação substancial das alíquotas do tributo, conjugada com mecanismos compensatórios de outros impostos.

O novo senador destacou que, ao lado da defesa do Distrito Federal e dos pleitos de interesse de sua comunidade, será um "inamovível guardião do Senado" e de tudo que a instituição representa na vida nacional. "À honra de ser recebido como membro, corresponderei com lisura e honestidade, valores que sempre cultivei e que considero acima das divergências de cunho político, naturalmente presentes na vida parlamentar", concluiu Lindberg.

CCJ decide hoje se quebra sigilo de Eduardo Jorge

Bello Parga, relator, é contrário aos requerimentos, que não explicam, segundo disse, como a medida contribuirá para as investigações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve decidir hoje o destino de dois requerimentos encaminhados pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) pedindo a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Na última reunião, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu vista do relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), contrário aos requerimentos.

Para o relator, os requerimentos precisariam indicar de maneira clara o motivo pelo qual as informações bancária e fiscal do ex-secretário são necessárias para que sejam conduzidas investigações no Senado. Em um dos requerimentos, são solicitadas ainda informações sobre auditoria fiscal realizada nos negócios de Eduardo Jorge, suspeito, junto

com sua mulher, Lídice Coelho da Cunha Caldas, de sonegação de impostos, enriquecimento ilícito e ter patrimônio incompatível com os rendimentos.

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ também deve votar, em regime de urgência, projeto do governo que altera o Código Penal de modo a incluir o contador responsável pela prestação de informações judiciais como autor de crime de falso testemunho ou falsa perícia. A matéria é relatada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Seu parecer será entregue no encontro marcado para depois da reunião conjunta, às 10h, que a CCJ realiza com

a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o objetivo de analisar projeto de lei que altera a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.).

Os senadores da CCJ devem também analisar a proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Como relator, Bernardo Cabral recomenda a aprovação da PEC, de acordo com substitutivo que apresenta. Conforme a emenda, o fundo deve ser composto por recursos da União, a serem empregados em projetos desenvolvidos nas regiões interioranas do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia.

A CCJ analisa também pedido de informação sobre auditoria fiscal realizada nos negócios do ex-secretário-geral da Presidência

Presidente do TCU anuncia auditoria nos investimentos em energia elétrica

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, informou ontem, durante audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que o órgão vai realizar "profunda auditoria operacional" no setor de energia elétrica do país, para identificar as causas que levaram o país ao racionamento. Ele explicou aos senadores que o trabalho deverá ser feito nos próximos seis meses, e abrangerá os investimentos realizados nos últimos dez anos pelo governo nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Segundo Humberto Souto, o objetivo da auditoria é realizar um "diagnóstico completo" sobre o que foi feito até hoje no setor, de forma que a população brasileira saiba o que

ocorreu de incorreto nos investimentos e o Congresso Nacional receba dados precisos e corretos sobre o problema.

"Com essas informações os parlamentares poderão sugerir os rumos certos e tomar as decisões necessárias", frisou o presidente do TCU.

Humberto Souto fez ampla explanação sobre as atividades desenvolvidas pelo tribunal, mas criticou a carência de recursos humanos e tecnológicos do órgão para desempenhar melhor e com mais rapidez suas tarefas constitucionais.

Humberto Souto (E), presidente do TCU: auditoria contribuirá com o trabalho do Congresso



O presidente da comissão, senador Ney Sussuna (PMDB-PB), após ouvir a palestra do presidente do TCU, disse estar "pasmo" com os dados apresentados sobre o trabalho desenvolvido pelo tribunal. Para ele, a integração dos objetivos do TCU e da CFC será fundamental para a tarefa primordial do Legislativo, "que é a de fiscalizar".

CFC analisa relatórios sobre órgãos públicos

A Comissão de Fiscalização e Controle examina hoje, a partir das 18h, relatórios e votos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras e serviços realizados em órgãos e empresas públicas. Estão na pauta processos de auditoria na Compa-

nhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Rio Parnaíba (Codevasf), Fundação Nacional do Índio (Funai), Empresa de Telecomunicações de Roraima e prefeitura de Tartarugalzinho (AP), que realizou convênio com a União.

Além disso, os senadores votam parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre relatório de atividades do TCU referente ao último trimestre de 1998. O parecer é pela aprovação, com recomendações ao tribunal.

Patrocínio pede envio de delegação ao Tocantins

Senador classifica como estado de emergência a situação gerada pela paralisação da Polícia Militar e adverte que o movimento pode se alastrar, pois há rumores de que 500 soldados do 2º BPM estão dispostos a apoiar os grevistas

Ao definir como estado de emergência a situação gerada no Tocantins pela greve da Polícia Militar, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez ontem um apelo para que uma delegação de senadores seja enviada a Palmas. Ele teme derramamento de sangue e disse que a situação é tensa, com as tropas do Exército ocupando pontos estratégicos do estado.

Patrocínio lembrou outros episódios no país com desfecho trágico e pediu bom senso aos dois lados. Ele dirigiu-se especialmente ao governo estadual, recomendando que, antes de qualquer ação do Exército, esgote todas as possibilidades de negociação com o movimento.

O senador alertou que o movimento pode se alastrar e informou que há rumores de que 500 solda-



Carlos Patrocínio recomenda bom senso e diálogo no Tocantins

dos do 2º BPM estão dispostos a apoiar os grevistas, além de policiais militares de Imperatriz, do Maranhão.

Um dado curioso, na opinião de Patrocínio, é que o movimento está sendo insuflado pelas mulheres dos PMs e que, por isso, eles temem

que a suspensão da paralisação resulte em desmoralização perante suas esposas e filhos. O senador salientou ainda que, mesmo reconhecendo o direito de os policiais reivindicarem aumento dos soldos, a PM do Tocantins recebe o quinto maior soldo das PMs do país.

Para Quintanilha, o que está ocorrendo é motim, e não greve

A greve dos policiais militares do estado do Tocantins foi condenada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que considerou o comportamento dos grevistas totalmente reprovável. Na sua opinião, greve é um movimento pacífico e desarmado e, no caso do Tocantins, estaria ocorrendo um motim. Quintanilha reconheceu que a situação é delicada e defendeu negociações para uma solução pacífica.

O senador explicou que a presença das Forças Armadas no estado tornou-se necessária para dar segurança à população, acrescentando que a autoridade do governa-

dor Siqueira Campos deve ser preservada, não podendo ser afrontada pelos grevistas.

Quintanilha também condenou a atitude dos policiais que metralharam agências do Banco do Brasil, buscando atemorizar a população.

— Ninguém quer uma tragédia, queremos uma solução negociada para o problema — insistiu.



Leomar Quintanilha insiste em uma solução negociada

Senadores manifestam preocupação com impasse

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), filho do governador do Tocantins, Siqueira Campos, afirmou em Plenário, ontem, que o Exército “está agindo com prudência” em relação à greve dos policiais militares do estado. Eduardo fez um aparte ao discurso do senador Carlos Patrocínio, que havia manifestado sua preocupação com a situação no Tocantins.

Eduardo disse que a intervenção do Exército tornou-se necessária porque não foi possível o diálogo com integrantes do movimento que, armados, ameaçaram propriedades privadas e públicas.

— O Exército está proporcionando segurança à população, que estava alarmada — afirmou o senador, assegurando que o

governo não vai permitir um novo Eldorado dos Carajás ou um Carandiru, referindo-se aos massacres ocorridos nesses dois locais devido a confrontos de policiais militares com sem-terra e de policiais com detentos, respectivamente.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, também manifestou sua preocupação ao senador Carlos Patrocínio, alertando para a quebra do poder institucional. Em nome do Partido dos Trabalhadores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu remuneração digna e condições adequadas de trabalho para os policiais militares e disse esperar que o governo chegue a uma solução justa.

Também em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse

estranhar o nível de radicalização no estado e o tom ameaçador do Exército em relação a um movimento grevista. Da bancada do Tocantins, o senador Leomar Quintanilha (PPB) informou que vem buscando o entendimento entre o movimento grevista e o governo. Ao endossar o pedido de Patrocínio, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) solicitou que houvesse uma deliberação oficial da Mesa no sentido de enviar uma delegação de senadores a Tocantins para intermediar uma solução. O senador Carlos Wilson (PPS-PE), na presidência dos trabalhos, disse esperar um requerimento para formalizar o pedido.



Maguito considera inflexibilidade muito perigosa

Maguito apela ao governo para dialogar com grevistas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez um apelo ao governador do Tocantins, Siqueira Campos, para que dialogue com os policiais militares em greve no estado. Na opinião de Maguito, a inflexibilidade tanto dos grevistas quan-

to do governo é perigosa e pode levar a um confronto com proporções de tragédia. “O governo não quer negociar antes que a greve acabe e os grevistas não querem terminar a greve antes de ter certeza que o governo vai negociar. Trata-se de um impasse. Mas cabe ao governo zelar pela

segurança do estado e evitar desdobramentos piores para o povo do Tocantins”, disse.

Maguito informou que os 4 mil policiais militares do estado querem 47% de aumento de salário, instituição do plano de carreira e diminuição da carga horária. De acordo com o senador, quase 80% dos PMs estão em greve que já dura uma semana. A ameaça de o Exército invadir os quartéis e a demora em uma solução está deixando o clima tenso, na sua opinião. O senador lembrou que os policiais levaram suas esposas e filhos para os quartéis e que há 150 mulheres e 90 crianças nessas instituições.

— Apelo ao bom senso nos quartéis — conclamou.

Proibição do porte de armas deve ser apreciada pelo Plenário

O substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que proíbe o porte de armas em todo o país foi definitivamente aprovado em sua íntegra pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ontem. O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), informou aos demais integrantes que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou a intenção de apresentar recurso para que o projeto seja submetido a vota-

ção em turno único no Plenário do Senado.

A CRE aprovou ainda os textos da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência e do acordo entre Brasil e Ucrânia sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Também foi aprovado o requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de uma ou duas audiências públicas para debater os

diversos aspectos envolvidos no tráfico de drogas no país. Serão convidadas nove autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, dentre elas o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, e o procurador da República Luiz Francisco de Souza.



Substitutivo de Pedro Piva, que proíbe o porte, mas não a posse de armas, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Santos rejeita IPI sobre setor de rocha ornamental



Ricardo Santos: cobrança do imposto levará a desemprego

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) fez apelo aos líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), e na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), para que ajudem a convencer o ministro da Fazenda, Pedro Malan, no sentido de que mude a decisão de tributar o setor de rochas ornamentais com alíquota de 9% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Ele explicou que a alíquota para o setor é zero desde 1984, em função das particularidades das unidades industriais — são cerca de 10 mil empresas, a maioria médios, pequenos e microestabelecimentos.

Segundo Santos, esse tipo de empresa não tem como influenciar o mercado fixando preços, não podendo, assim, absorver uma majoração de imposto sem repercussão na redução da rentabilidade.

A tributação deve ser justa, defende Hartung



Para Hartung, decreto que instituiu o IPI é "um abuso"

A cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do setor de pedras ornamentais foi também questionada pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Ele considerou "um abuso e um desrespeito" o decreto que determina alíquota que evoluiu de 3% a partir de 30 de junho, chegando a 9% em 31 de dezembro. O senador propôs que os parlamentares dos estados produtores de granito e mármore procurem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para tentarem chegar a uma tributação mais justa.

— Não adianta o governo ter apenas um viés fiscalista porque, dessa maneira, ele vai conseguir bater recordes de arrecadação, como tem conseguido, mas vai quebrar o país. Vai matar a galinha dos ovos de ouro — disse Hartung.

Pedro Malan deve explicar socorro aos bancos Marka e FonteCindam

A audiência da CAE e CFC será realizada amanhã, às 9h30, e pretende esclarecer denúncias de que o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes vendia informações ao mercado financeiro

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) devem receber amanhã, às 9h30, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que explicará aos senadores a sua posição e a do governo no caso do socorro cambial prestado pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam. A ajuda ocorreu por ocasião da mudança da política cambial do país, em janeiro de 1999. O responsável pela operação, Francisco Lopes, então presidente do Banco Central, alegou ter montado a operação para evitar risco sistêmico (quebra em cadeia de todo o sistema financeiro).

Recentemente, a revista *Veja* publicou denúncia de que Lopes, quando presidente do BC, vendia informações privilegiadas ao mercado financeiro. Segundo ainda a revista, Francisco Lopes teria sido chantageado por Salvatore Cacciola, dono do Marka, após este ter sido apanhado de surpresa pela mudança da política cambial do governo. A revista também atribuiu ao ministro Malan a frase segundo a qual somente contaria o que sabe em livro para ser publicado dez anos



Pedro Malan nega que a saída de Francisco Lopes do governo teve relação com o socorro aos dois bancos

depois de sua própria morte.

Em carta que enviou à revista *Veja*, o ministro Malan chamou a reportagem "A história secreta de um golpe bilionário", publicada pela revista, de "uma salada venenosa de história amplamente divulgada dois anos atrás, com interpretações, ilações e requentadas insinuações".

Malan explicou que a frase, de sua autoria, realmente surgiu ao

longo de uma entrevista concedida ao jornalista Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, em Madri, mas foi dita num contexto totalmente diferente, e referia-se, em tom de brincadeira, com o jornalista, à guerra de bastidores que antecedeu a mudança da política cambial brasileira, e não ao episódio de socorro ao Marka e FonteCindam.

Na carta, o ministro Malan elogia Francisco Lopes, levado por ele para o governo, e refuta as conclusões da reportagem. "Não há qualquer evidência de que pessoa do governo Fernando Henrique Cardoso tivesse algum conhecimento de uma suposta venda de informações a protagonistas do mercado. Este governo nunca foi e jamais será conivente com procedimentos desse tipo", afirma. Malan sustenta que a saída de Francisco Lopes da presidência do Banco Central não teve qualquer relação com o episódio de socorro ao Marka e FonteCindam.

A CAE ouvirá, sobre o mesmo assunto, na próxima terça-feira, dia 5, o presidente do BC, Armínio Fraga, e a diretora do Departamento de Fiscalização do banco, Tereza Grossi.

CAE vai ouvir presidentes do Banco Central e da Susep

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) recomendando a realização de audiência pública com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e com o titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Hélio Oliveira Portocarrero de Castro. Os dois devem apresentar sugestões de aperfeiçoamento do mecanismo da liquidação extrajudicial, previsto na Lei nº 6.024/74. Por esse mecanismo, o BC e a Susep aportam recursos a bancos e seguradoras em estado falimentar, sem perspectivas de reaver tais recursos.

A CAE aprovou também a realização de audiência pública para tratar das vantagens e desvantagens do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador Eduardo Supli-

cy (PT-SP) sugeriu alguns nomes para participar do debate, entre eles, os embaixadores Rubens Ricupero, Samuel Pinheiro Guimarães, Graça Lima e Horácio Lafer Pita, além de dirigentes das centrais sindicais.

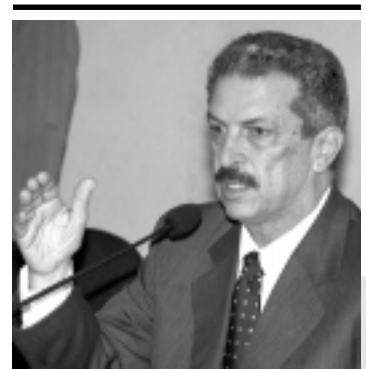
O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pretende que a CAE promova ainda audiência pública com dirigentes do grupo Ambev, criado a partir da fusão da Brahma com a Antarctica. Ele defende também a presença de companhias de bebidas que se sentiram prejudicadas com a megafusão e de dirigentes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão encarregado de coibir o abuso do poder econômico.

O senador Suplicy sugeriu também, para compor a pauta da CAE no segundo semestre, a realização de debate com os produtores de



Armínio Fraga deve falar à comissão sobre ajuda do BC a bancos em estado falimentar

laranja, que se sentem prejudicados pela indústria de sucos, que estariam pagando preços baixos pelo produto. Como se trata de denúncias envolvendo abuso do poder econômico, o senador sugere também, nessa audiência, a presença do Cade.



Segundo Romeu Tuma, o projeto reduz os riscos inerentes à atividade profissional

Seguranças podem ter de usar colete a prova de balas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara que obriga as empresas de segurança a fornecerem a seus empregados, às expensas delas, coletes a prova de balas, quando indispensáveis à redução dos riscos inerentes a determinadas tarefas e atividades.

O Ministério da Justiça, conforme o substitutivo já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ficará encarregado de definir os casos de uso obrigatório do colete, bem como os modelos, especificações mínimas e as condições para utilização do equipamento.

No substitutivo, o senador Romeu Tuma impede que o usuário do colete leve-o para casa. Segundo explicou, a medida evita que, por roubo ou aliciamento, o equipamento acabe "em poder de bandidos".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se a medida não teria sido sugerida apenas para elevar as vendas do setor industrial de equipamentos de segurança. Em resposta, os senadores Romeu Tuma, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE, Jefferson Péres (PDT-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmaram que o benefício gerado para um segmento de mercado seria, na realidade, uma questão menor. Para eles, uma vez convertida em lei, a proposta resultará numa redução dos riscos de vida para os agentes de segurança.

CAE ouvirá Antônio Ermírio sobre a privatização do setor elétrico

José Agripino, relator do projeto que exclui as empresas de energia do programa de desestatização, pediu a realização de audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) solicitando a realização de uma audiência pública com o empresário Antônio Ermírio de Moraes e com o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henrique Moreira



Agripino quer subsídios para relatar na CAE o projeto que exclui o setor elétrico da privatização

Santos, ex-dirigente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com esse debate, o senador quer colher subsídios para o parecer que dará como relator do projeto de lei de autoria dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Roberto Freire (PPS-PE), que exclui o setor de energia elétrica do programa de privatização do governo.

Agripino explicou que ambos os convidados têm se mostrado independentes com relação ao tema, enfatizando que Antônio Ermírio de Moraes, além de assumir posições em defesa do inte-

resse nacional, é, como empresário, um grande consumidor e um gerador de energia elétrica. O setor industrial de alumínio, onde atuam empresas do grupo Votorantim, pertencente a Antônio Ermírio, responde por aproximadamente 10% de todo o consumo nacional de energia elétrica.

Os senadores Paulo Hartung e Roberto Freire, autores do projeto de lei em exame na CAE, consideram um erro grave a inclusão do setor de energia elétrica no programa de privatização do governo. Essa posição vem sendo também defendida nos meios aca-

dêmicos, que apontam como os dois maiores culpados pela crise energética vivida hoje pelo país a falta de investimentos do governo no setor, em primeiro lugar, e, em segundo, os erros cometidos na privatização, que não conseguiu fazer com que as empresas privadas investissem na geração de energia elétrica nos níveis exigidos pelos índices de crescimento do consumo. Essa, por exemplo, é a posição dos professores Luís Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP).

Acolhida mudança no ICMS para petróleo e energia

Estados produtores de petróleo e de energia elétrica vão poder cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) desses produtos antes de destiná-los a outros estados. Isso é o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), aprovada ontem



Geraldo Melo defende cobrança pelos estados

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), pretendia sugerir o encaminhamento do assunto para uma discussão no âmbito da reforma tributária, mas se disse "cansado de esperar" pela reforma, não mais acreditando na sua viabilidade, e apresentou parecer favorável à emenda.

A PEC tenta também consolidar o que está previsto na Lei Kandir, que estende aos produtos semi-elabo-

rados o benefício da não-incidência do ICMS nas exportações. A "isenção" do ICMS, como está na Constituição, beneficia somente os produtos industrializados, ressaltando que os semi-elaborados não fazem jus ao benefício. Com a emenda, os semi-elaborados juntam-se aos industrializados, gozando ambos os

setores da não-incidência do ICMS. Geraldo Melo explicou que toda produção, segundo a Constituição, é tributada pelo ICMS, abrindo-se exceção apenas para os casos de petróleo e energia elétrica, "sem que ninguém jamais explicasse o porquê dessa exceção".

Estados produtores de petróleo e que não possuem refinarias, como o Rio Grande do Norte e Alagoas, são prejudicados pela exceção. Outros, como o Paraná, são prejudica-

dos na geração de energia elétrica. Com a alteração proposta, frisou Melo, nada muda para o consumidor final, pois o ICMS já é cobrado, por exemplo, sobre os derivados de petróleo. O que muda é onde uma parte do imposto passará a ser cobrada. Pela emenda aprovada na CAE, os estados consumidores terão de abrir mão de uma parte do que arrecadam com o ICMS sobre petróleo refinado e energia elétrica, que irá para os produtores.

Jefferson Péres disse que, com a mudança, deverá haver um ganho tributário para todos os estados da Federação (no que diz respeito aos combustíveis), embora alguns venham a perder no curto prazo. Ele considera a mudança "fundamental para dar uniformidade e racionalidade ao sistema". Os senadores José Agripino (PFL-RN), Heloísa Helena (PT-AL) e Arlindo Porto (PTB-MG) elogiaram a proposta de Geraldo Melo.

Jucá anuncia crédito para empresas enfrentarem a crise

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), divulgou ontem a oferta de financiamentos emergenciais para que empresas possam fazer face à crise de energia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) colocou R\$ 250 milhões à disposição de empresas interessadas em co-geração de energia, em especial para usinas de fabricação de açúcar que queiram se utilizar do bagaço da cana para gerar energia elétrica, disse.



Jucá diz que governo está empenhado em oferecer financiamentos

Segundo Romero Jucá, também a Caixa Econômica Federal (CEF) está fornecendo R\$ 100 milhões para os interessados em projetos industriais de geração de energia solar. O líder garantiu que esses são apenas os primeiros empréstimos emergenciais colocados à disposição dos brasileiros para dar-lhes condições de enfrentar o drama da falta de energia elétrica. "O governo está empenhado em oferecer outros", afirmou.

Comissão aprova dois empréstimos do BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem mensagens do presidente da República solicitando aprovação para que sejam contratados empréstimos no valor de US\$ 280 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dos empréstimos, US\$ 150 milhões destinam-se ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que aplicará os recursos no Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O empréstimo obriga a uma contrapartida interna equivalente a mais US\$ 150 milhões, prevendo o programa, portanto, uma aplicação total de US\$ 300 milhões.

O outro empréstimo, no valor de US\$ 130 milhões, também junto ao BID, será aplicado no Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal. Ambos os empréstimos receberão tratamento de urgência, solicitado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por meio de requerimento assinado por ele e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), tentou vincular a aprovação da mensagem presidencial que prevê o empréstimo de US\$ 150 milhões para as pequenas e médias empresas à realização de uma audiência pública com o presidente do BNB, para apurar denúncias de irregularidades nas aplicações do banco. Mas vários senadores – entre eles Paulo Souto (PFL-



Suplicy propôs condicionar aprovação a uma audiência com presidente do BNB

BA), Arlindo Porto (PTB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB), Waldeck Ornelas (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN) e Geraldo Melo (PSDB-RN) – posicionaram-se contra o requerimento, alegando, principalmente, a inconveniência de retardar os benefícios a serem gerados. Ressaltaram, ainda, que o grau de exigência do BID é muito elevado e que a entidade certamente não liberaria seus recursos a um banco no qual visse irregularidades.

Jefferson Péres (PDT-AM) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordaram com a necessidade de apurar as denúncias, mas sem que isso prejudicasse a aprovação do empréstimo. Posto em votação após a aprovação da mensagem presidencial, o requerimento dos senadores petistas foi rejeitado. Lúcio Alcântara lembrou ainda que o Tribunal de Contas da União considerou regulares as operações do BNB do ano passado. Mas aconselhou os senadores do PT a encaminharem à Comissão de Fiscalização e Controle a proposta de realização de audiência para examinar supostas irregularidades nas aplicações do BNB.

Rocha anuncia Fórum de Saúde Ocular

A realização do I Fórum Nacional de Saúde Ocular foi anunciada em Plenário pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). O encontro tem início hoje, no Auditório Petrônio Portella, e deve reunir mais de mil oftalmologistas do Brasil e do exterior. Eles vão debater as principais causas da cegueira no Brasil e como o poder público pode atuar na sua prevenção. O senador informou que 5 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de deficiência visual, problema que atinge de 1,5% a 2% da população brasileira.

Sebastião Rocha disse que estão em andamento no Brasil dois importantes programas no sentido de reduzir esse problema. Um deles é o que o Ministério da Educação desenvolve em parceria



Rocha: deficiência visual atinge 1,5% dos brasileiros

com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) chamado Olho no Olho. O programa atende 3,5 milhões de crianças, alunas do ensino fundamental. O outro é o mutirão contra a catarata promovido pelo Ministério da Saúde, juntamente com o COB.

— O programa do Ministério da Educação trabalha a questão da prevenção na infância, para impedir que os problemas dessas crianças possam evoluir para a cegueira absoluta. No Ministério da Saúde trabalha-se na parte mais curativa e na preventiva, quando a catarata não evoluiu ainda para a cegueira — informou o senador.

O Fórum Nacional de Saúde Ocular começa hoje, às 9h, e prosseguirá durante todo o dia de amanhã. O presidente do Senado, Jader Barbalho, participará da solenidade de abertura, às 19h30. O encontro é uma promoção da Comissão de Assuntos Sociais e do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Entre os resultados a serem alcançados, o fórum pretende subsidiar as autoridades federais e os parlamentares com informações que os ajudem nas tomadas de decisão nessa área. A partir daí, devem ser elaboradas medidas legais e recomendações técnicas que favoreçam o acesso do maior número de brasileiros aos serviços de proteção à saúde visual.

Comissões discutem hoje emendas à Lei das S.A.

Em reunião conjunta, CCJ e CAE analisam sugestões apresentadas pelos senadores Osmar Dias, José Fogaça e Paulo Hartung

Em reunião conjunta a ser realizada hoje, às 10h, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) prosseguem o debate da Lei das S.A., a partir do projeto de lei da Câmara nº 23, de 2001. No encontro serão discutidas as emendas apresentadas pelos senadores Osmar Dias (PSDB-PR),



Fogaça propõe que comitê seja integrado apenas por contadores

José Fogaça (PMDB-RS) e Paulo Hartung (PPS-ES) que tratam da criação do Comitê de Padrões Contábeis e da garantia de direitos para os acionistas minoritários.

A emenda de autoria de Osmar Dias prevê que o Comitê de Padrões Contábeis, que tem por missão a elaboração dos princípios contábeis a serem observados pelas sociedades anônimas, conte também com representantes das entidades de defesa do consumidor. Com isso, o número de integrantes do comitê passaria de

nove para 12. Osmar Dias entende que pelo fato de as demonstrações financeiras das empresas se destinarem a informar aos consumidores de seus produtos sobre sua situação, esses têm direito de participar da definição dos padrões a serem utilizados.

Já duas emendas do senador José Fogaça prevêem que o Comitê de

Padrões Contábeis seja coordenado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e seja integrado, em sua totalidade, por contadores. Fogaça argumenta que o comitê vai atuar em uma área essencialmente contábil e que o CFC já exerce a função de fiscalizar e regular a profissão contábil. Ressalta ainda que o conselho também tem por missão a produção dos princípios fundamentais de contabilidade e de normas e padrões a eles relacionados. Segundo Fogaça, isso já vem sendo feito de

maneira eficiente e sem ônus para o Estado e seria um equívoco não levar esse fato em consideração na nova Lei das S.A.

O senador Paulo Hartung apresentou nove emendas tratando especialmente da participação dos acionistas minoritários nas companhias de capital aberto. Elas visam garantir-lhes direitos atualmente não considerados. Hartung propõe que as ações preferenciais sejam incluídas nas ofertas públicas de alienação do controle das empresas nas mesmas condições das ações ordinárias com direito a voto. O senador defende que, nos casos de alienação das companhias, seja assegurado aos acionistas minoritários um preço para suas ações, no mínimo, igual ao valor pago por ação integrante do bloco de controle.

“Buscamos proteção especial ao ordinarista minoritário, em regra, abandonado à própria sorte quando da realização de processos de alienação do controle”, afirma Fogaça em seu relatório.

A reunião conjunta da CCJ e da CAE ocorrerá no plenário da CCJ, sala 3 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Maldaner pede redução de carga previdenciária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou ontem ao ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, para que atenda a reivindicação feita pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), no sentido de reduzir em dez pontos percentuais, de 22,8% para 12,8%, a contribuição previdenciária patronal que incide sobre a folha de pagamento dos empregados dos municípios.

Casildo Maldaner explicou que os municípios catarinenses, sobretudo os pequenos, “estão alarmados” com o montante dos recursos que são obrigados a despendar com a carga previdenciária. Segundo ele, além de ser uma despesa muito grande, “comprime muito os já minguados recursos de que dispõem para investimento”.

O senador por Santa Catarina disse que a despesa atual dos municípios é “particularmente dra-

mática” porque atinge percentual muito alto de suas arrecadações. Ademais, acrescentou, portaria baixada no ano passado pelo Ministério da Previdência obrigou os municípios que têm menos de mil servidores a manter regimes próprios de previdência social, passando a gastar muito mais com a previdência de seus servidores, “o que causou grave desequilíbrio orçamentário”.

Maldaner informou que durante a Marcha dos Prefeitos a Brasília, realizada recentemente, a Fecam encaminhou a reivindicação ao ministro da Previdência, que prometeu analisar a questão e dar uma resposta, mas até agora nada aconteceu.

— Faço um apelo à boa vontade



Maldaner apela a “senso de responsabilidade” do ministro

e ao senso de responsabilidade do ministro Roberto Brant. Se tivéssemos somente um pouquinho mais de consideração com os problemas reais dos municípios brasileiros, certamente não veríamos em nosso país esse abismo que há nos níveis de desenvolvimento regional — frisou o senador.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) concordou com a reivindicação da Fecam. Ele relatou sua participação, no fim de semana, na reunião da Associação Paulista dos Municípios, em São Pedro, São Paulo, onde uma das principais preocupações manifestadas pelos prefeitos foi o aumento da participação das prefeituras no bolo de arrecadação da União.

Comissão de Educação realiza audiências

A Comissão de Educação (CE) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública com autoridades e professores para debater dois projetos de lei, um do Senado e outro da Câmara. O primeiro, de autoria do ex-senador José Roberto Arruda, e que tem como relator o senador José Fogaça (PMDB-RS), institui o Programa de Avaliação Seriada Anual, para o acesso às instituições de ensino superior públicas.

O segundo, do deputado Vic Pires Franco (PFL-PA), cujo relator é o senador Nilo Campos (PSDB-RJ), dispõe sobre a inclusão da disciplina de Informática nos currículos do ensino do primeiro e segundo graus. A audiência acontece na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Senado aprova pesar pela morte de Ítalo Batan

O Senado aprovou ontem requerimento apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) para apresentação de voto de pesar pela morte do líder comunitário Ítalo Batan Régis, ocorrida no último dia 27, em Vitória, aos 70 anos. Ítalo Batan Régis, afirmou Hartung, “foi o maior líder comunitário que o estado produziu nos últimos 30 anos”.

Ítalo Batan Régis foi um dos fundadores do movimento popular em Vitória e o primeiro presidente do Centro Comunitário da Ilha de Santa Maria e de Monte Belo, disse Hartung, além de fundador do Conselho Popular de Vitória, que presidiu por dois mandatos. Também foi um dos idealizadores da lei de orçamento participativo do município, que ficou conhecida como Lei Batan.

Valadares recebe prefeito de Batalha

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou ontem, em Plenário, a presença do prefeito da cidade de Batalha (AL), Francisco José de Oliveira, e de seus secretários, além de José Arthur Justus, chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento de Alagoas, e Jader Tenório, representante dos produtores rurais da bacia leiteira de Alagoas.

Eles tiveram audiência com Valadares para tratar de medidas emergenciais contra a seca que assola o sertão de Alagoas.

Aprovada redução de encargo social no campo

Conforme projeto de lei da Câmara acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais, empresas do setor passarão a recolher 2,6% do faturamento bruto para a seguridade social e custeio de benefício resultante de acidentes de trabalho



Para Marluce Pinto, relatora, projeto que obriga exame médico é inconstitucional

CAS examina hoje atenção integral à saúde da mulher

Projeto de lei que obriga o exame médico às mulheres que pretendam ingressar no serviço público, como forma de prevenção das patologias previstas no Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, conforme orientação do Ministério da Saúde, será examinado hoje, a partir das 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A relatora da matéria, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), entende que as normas propostas "são de duvidosa constitucionalidade" e emitiu parecer encaminhando o projeto para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também será discutido o projeto que estabelece cota mensal mínima gratuita e imune a corte no fornecimento de água para consumo residencial unifamiliar a ser fixada, por região, pelo Ministério da Saúde. Essa cota deverá ser calculada com base na média do número de componentes das famílias. Além de entender que a cota mínima representa um direito inalienável à vida, o autor do projeto, senador Paulo Hartung (PPS-ES), chama a atenção para a redução nas perdas, via furto, do sistema de abastecimento de água. O projeto conta com parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Outra matéria a ser debatida hoje pela CAS é a que regulamenta a utilização de agrotóxicos no Brasil, em todos os seus aspectos. A proposta é resultado de dois projetos – do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e do então senador Blairo Maggi, que tramitam em conjunto. O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), apresentou um substitutivo.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto da Câmara dos Deputados que altera a forma de cálculo e as alíquotas de algumas contribuições sociais, como a previdenciária, devidas por produtores rurais e agroindústrias. Apesar de tramitar em regime de urgência, a matéria deve voltar à Câmara, se forem mantidas pelo Plenário do Senado duas emendas de Osmar Dias e uma do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Pela proposta, as empresas do setor rural deixarão de aplicar a alíquota de 20% sobre a folha de pessoal para calcular a contribuição pre-

videnciária, passando a recolher 2,6% do faturamento bruto para a seguridade social e para o custeio de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho e incapacidade laboral. "Isso irá trazer alterações profundas nas relações trabalhistas, estimulando o registro em

carteira de mais trabalhadores ao reduzir os encargos sociais dos produtores rurais", afirmou Osmar Dias.

Outro incentivo à formalização das



Relator da matéria, Osmar Dias afirma que projeto estimulará registros em carteira

relações de trabalho, na sua opinião, é a possibilidade de o empregador rural descontar do valor de sua contribuição o equivalente a 50% da parcela efetivamente recolhida dos empregados para a Previdência. O projeto também prevê aumento para 0,2%, no caso do empregador pessoa física, e para 0,25%, no caso do empregador pessoa jurídica, da alíquota de contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Ru-

ral (Senar).

Osmar Dias acolheu apenas uma das três emendas apresentadas por Ornélas, relativa à equiparação entre a base de incidência da contribuição do Senar e da seguridade social. Quanto às emendas de sua autoria, uma prevê a manutenção da atual forma de cálculo da contribuição previdenciária para as cooperativas e as agroindústrias de piscicultura, carcinicultura (cultivo de crustáceos), suinocultura e avicultura. A outra exclui da nova base de cálculo da alíquota previdenciária o produtor rural dedicado a atividades de reflorestamento, comércio de sementes e mudas, reprodução animal e uso de cobaias para fins científicos.

Luiz Carlos Wanderley é reconduzido para a Anvisa

Por 18 votos favoráveis e 2 abstenções, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a recondução, por mais três anos, do médico Luís Carlos Wanderley Lima ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Antes de se submeter à sabatina dos senadores, o sanitarista prestou contas de sua gestão e fez um apanhado das atribuições e realizações do órgão desde a criação, em 1999.

Segundo Luís Carlos Wanderley, a Anvisa conta com cerca de 1.200 de seus 2 mil funcionários atuando em 116 postos instalados em aeroportos, portos e fronteiras secas. Ao falar do trabalho da agência no controle do fluxo de pessoas e mercadorias pelos principais portões de entrada e saída



Ao lado de Romeu Tuma, presidente da CAS, Luís Carlos Wanderley Lima é sabatinado pelos senadores. A mensagem irá agora ao Plenário

do país, o dirigente destacou o empenho da instituição em promover a segurança sanitária dos produtos e serviços de saúde à disposição da população.

Dentre as ações implementadas pela Anvisa em 2000, foi destaca-

da a promoção de cerca de 146 mil inspeções técnicas em aeroportos, 136 mil em portos e 17 mil em fronteiras secas. Luís Carlos Wanderley também comentou a liberação, no mesmo período, de quase 200 mil licenças de impor-

tação na área de saúde e a aplicação de 339 mil doses de vacina contra a febre amarela.

– A criação da Anvisa é, portanto, a expressão concreta de um amadurecimento político, técnico e jurídico-administrativo que permitiu ao governo e ao Congresso criarem um órgão que reuniu condições de apresentar à sociedade um projeto nacional para a vigilância sanitária do país – declarou.

Luís Carlos Wanderley também fez questão de realçar a sintonia das ações da Anvisa e do Ministério da Saúde, principalmente no tocante à defesa dos medicamentos genéricos, do combate ao tabagismo, do controle da qualidade do sangue e da legislação sanitária brasileira em entidades internacionais de saúde.

Capacidade técnica da agência é discutida

Durante a sabatina do médico Luís Carlos Wanderley Lima, que teve a recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os senadores revelaram preocupação quanto à capacidade técnica e orçamentária de o órgão implementar suas ações.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) questionou se o número de funcionários da Anvisa era suficiente para realizar o trabalho nos postos sediados em portos, aeroportos e fronteiras. Luís Carlos Wanderley admitiu que, no momento, o contingente é suficiente, mas advertiu que a ampliação

dos portões de entrada e saída do país pode requerer um reforço no quadro funcional da instituição ou a transferência de parte de suas atividades a estados e municípios.

De acordo com o sanitarista, cada posto da Anvisa tem uma média de dez servidores, mas a unidade do Aeroporto de Guarulhos (SP) conta com 185 funcionários e a do Acre, com apenas 18. "Talvez seja preciso racionalizar essa distribuição", reconheceu. Esse número deixou apreensiva a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que questionou a falta de cobertura nas áreas de fronteira espalhadas pela Amazônia Legal.

– Estou convencida de sua capacidade para dirigir o órgão, mas preocupada com o baixo número de funcionários em localidades mais distantes – declarou. Luís Carlos Wanderley admitiu a discrepância no número de servidores, mas lembrou que a alocação do quadro funcional depende do número de pessoas e do volume de mercadorias circulantes em cada região.

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), propôs ao médico a possibilidade de reforçar as ações da Anvisa utilizando o serviço dos excedentes das Forças Armadas. Além de formular perguntas sobre o contingente e a capacidade do corpo funcional, o sena-



Geraldo Althoff quis saber se número de funcionários nos postos era suficiente

dor Ademir Andrade (PSB-PA) quis saber se o orçamento do órgão era suficiente e se havia crescido nos últimos três anos. Até 1998, segundo Luís Carlos Wanderley, a Anvisa dispunha de R\$ 70 milhões, verba que alcançou a marca de R\$ 150 milhões em 2001.

Plenário aprova acordo entre Brasil e Portugal

O Senado aprovou ontem o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta celebrado entre o Brasil e Portugal no dia 22 de abril de 2000, em Porto Seguro (BA). Em sua mensagem ao Senado, o governo diz que o objetivo do documento é regular as linhas mestras do relacionamento entre os dois países, abolindo alguns instrumentos já superados pelo tempo.

Para o governo, esse tratado constitui um novo marco no quadro das relações entre Brasil e Portugal, refletindo a crescente intensidade desse relacionamento e oferecendo o instrumental jurídico necessário à ordenação da interação entre as duas nações.

Antes da votação, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aler-

tou para a importância desse documento, observando que ele moderniza o intercâmbio entre os dois países. Lembrando que num passado recente esse relacionamento era mais afetivo que comercial, Alcântara enfatizou que, nos dois planos, o intercâmbio hoje é pujante, significando esse tratado um grande passo para Brasil e Portugal.

Na mesma sessão, o Senado aprovou decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento da Rádio Globo, do Rio de Janeiro (RJ); Lene Radiodifusão, de Paracatu (MG); Associação Comunitária e Cultural Teresense, de Santa Teresa (ES); e Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, de Rio Branco (AC).



Comissão de Educação votou projetos de decreto legislativo que autorizam a outorga de permissão e a renovação de concessão para emissoras de rádio

CE acolhe 11 projetos de emissoras de rádio

A Comissão de Educação aprovou ontem 11 projetos de decreto legislativo que autorizam a outorga de permissão e a renovação de concessão para a exploração de serviços de radiodifusão sonora.

Sete emissoras são comunitárias: Associação de Moradores do Bairro Rúbica, em Nova Venécia (ES); Associação dos Moradores do Bairro Alvorada, em Belo Campo (BA); Associação Católica, Cultural e de Promoção Social Padre Cassimiro Mikucki, em Ribeirão Bonito (SP); Associação Cultural Chapadão do

Sul (MS); Associação Cultural José Ribeiro da Cunha, em Montividiu (GO); Associação e Movimento Comunitário Rádio Rainha da Paz de Irapuru (SP) e Associação Comunitária Rádio FM Comunitária Cidade Progresso, em Pendências (RN).

Também foram aprovados atos autorizando o funcionamento da Rádio Oito de Setembro, em Descalvado (SP); Fundação Máximo Zandonadi, em Venda Nova do Imigrante (ES); Fundação Joca Motta, em União (PI); e Fundação Educacional São Pedro, em Araguaína (TO).

Autorizada contratação de empréstimo junto ao Bird

Liderança do governo afirma que crédito de US\$ 757,5 milhões foi oferecido em condições especiais, mas opositoristas criticam a operação

O Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 757,5 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público, para fortalecer o



Agripino deu parecer favorável à aprovação, enquanto Requião disse temer processo por quebra de decoro se votasse a favor



balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal do país. A matéria vai agora à promulgação.

Em sua mensagem ao Senado, o governo diz que o empréstimo foi oferecido pelo Banco Mundial em reconhecimento à implementação de reformas estruturais pelo país nas áreas fiscal, administrativa e de gerenciamento de recursos públicos e de gestão da dívida pública. O líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), registrou a importância da oferta, "que poucos países no

mundo conseguiram".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) definiu o contrato como mais um endividamento em dólar "para continuar sustentando a agiotagem internacional". Ela afirmou que esse dinheiro será utilizado não para uma política social de redução da miséria, mas para saldar compromissos financeiros externos. No mesmo tom, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que esse é um dos estranhos empréstimos que o Bird faz ao Brasil como prêmio pelo desempenho do governo nas

privatizações, "talvez pelas privatizações no sistema energético". Requião considerou o empréstimo tão absurdo que disse temer, se o aprovasse, ser posteriormente acusado de falta de decoro parlamentar.

Relator da matéria, o senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que o empréstimo está sendo conseguido em condições privilegiadas, e sustentou que o maior beneficiário disso é a sociedade brasileira. Disse ainda que esse prêmio foi concedido em consequência da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também se manifestaram os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), dizendo que a dívida externa traduz a razão de ser de toda a política econômica do governo, e Paulo Hartung (PPS-ES), que votou favoravelmente. Hartung observou que nem toda operação de crédito é lesiva aos interesses nacionais.

Senado institui Dia Nacional das Apaes

O Senado aprovou ontem e enviará à sanção presidencial projeto oriundo da Câmara instituindo 11 de dezembro como o Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes). O objetivo é homenagear a organização de pais e amigos de portadores de deficiência, cuja luta propiciou ao Brasil ter hoje 1.600 Apaes, desenvolvendo trabalho destinado a oferecer qualidade de vida e dignidade a esse grupo da população.

Relator da matéria, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que a iniciativa procura dar visibilidade a um trabalho social que tem trazido valiosas contribuições à luta por um tratamento igualitário entre as pessoas portadoras de deficiências e aquelas que não as têm, realizado pelas Apaes. Ele observou que muitos portadores de deficiência ficam marginalizados na sociedade diante da falta de consciência política dos que detêm o poder e da baixa oferta de tecnologias que auxiliem seu cotidiano.

Os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Emilia Fernandes (PT-

RS), Arlindo Porto (PTB-MG), Romero Jucá (PSDB-RR), Ademir Andrade (PSB-PA), Tião Viana (PT-AC) e Paulo Hartung (PSDB-ES) também enaltecem o projeto. Hartung disse que essa data pode servir para mobilizar a sociedade no entendimento de que todos podem contribuir para melhorar a situação dos portadores de deficiência e, assim, construir uma sociedade mais democrática.



Geraldo Cândido: projeto procura dar visibilidade a um trabalho social importante

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Sebastião Rocha e o dr. Marcos Ávila, presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, falam sobre a saúde ocular
7h30 — *Entrevista* — O senador Jefferson Péres fala sobre o incentivo de emprego aos idosos
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Paulo Vanzolini na Amazônia Parte 4
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Lago após — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

Lago após — CPI das ONGs (gravado)

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Senado Especial*



Freitas Neto também anunciou o Encontro de Negócios do Vale do São Francisco

Freitas Neto quer superintendência da Codevasf no PI

Em discurso pronunciado ontem, o senador Freitas Neto (PFL-PI) registrou a realização no Piauí, desde o último domingo, dia 27, da sexta edição do Encontro de Negócios nos Vales do São Francisco e Parnaíba (Mercovale). O senador fez também apelo ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, para incluir no Orçamento do ano 2002 dotações necessárias para a instalação da superintendência no Piauí da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba (Codevasf).

Promovido pelo órgão, o encontro, frisou o senador, marca a presença efetiva da Codevasf no Piauí. O senador, que anunciou ter participado da cerimônia de abertura do Mercovale, explicou que o primeiro painel teve como tema "Vale do Parnaíba: propostas para o desenvolvimento", em que foram debatidos os vários cenários da economia regional do ponto de vista do investidor.

Após essa discussão inicial, destacou o parlamentar, foram abordados temas específicos como a aqüicultura, a apicultura, o agronegócio do caju, a cultura de grãos do Cerrado, a ovinocaprinocultura e a produção de frutas. Ele informou que também foram analisados os pólos específicos para investimentos, como a região da capital piauiense, além de os participantes terem realizado uma série de visitas técnicas ao estado.

Para Freitas Neto, a principal mensagem do Mercovale é a da esperança, mas é preciso que se garantam os instrumentos para a instalação efetiva da Codevasf no Piauí.

— A bancada do Piauí tem feito a sua parte. Emendas por ela apresentadas ao Orçamento deste ano visam proporcionar à empresa R\$ 10 milhões para investimentos. Não é muito. Seriam necessários mais recursos — defendeu o senador.

Hugo Napoleão cobra soluções para seca que atinge o Nordeste

Segundo o senador, o Piauí está entre os estados mais prejudicados. Com dos 221 municípios piauienses, informou, já decretaram estado de calamidade pública e de emergência

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) cobrou ontem, em Plenário, soluções para a seca que atinge o Nordeste, sobretudo o Piauí, onde cem dos 221 municípios já decretaram estado de calamidade pública e de emergência. Segundo informou, quase 30% da população do estado — 710 mil pessoas — vive nesses municípios, dos quais 87 estão localizados na região do semi-árido, que foi diretamente atingida pelo flagelo da seca.

— Além da falta de água, os ha-



Napoleão denunciou a desertificação de áreas do estado

bitantes dessa região ainda convivem com um crescente processo de desertificação, que leva ao esgotamento do potencial produtivo do solo.

O senador citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que aponta uma perda de 40,29% da safra no Piauí em relação às estimativas do início do ano. De acordo com Hugo Napoleão, a previsão era de uma safra de aproximadamente 900 mil toneladas de grãos — milho, arroz, feijão e soja —, mas devem ser co-

lhidas apenas pouco mais de 500 mil toneladas, 18% a menos que a safra agrícola de 2000.

Segundo Hugo Napoleão, as situações mais graves foram verificadas em Floriano e em Bom Jesus do Piauí — no semi-árido —, onde houve redução das chuvas em 48,59% e 43,36%, respectivamente.

O senador apelou para que a bancada nordestina busque soluções junto ao governo federal com o objetivo de atenuar a situação sofrida pelos nordestinos. Ele também saudou o novo colega da Casa, o senador Lindberg Cury (PFL-DF), que tomou posse no início da sessão de ontem em razão da renúncia de José Roberto Arruda.

Para Ney Suassuna, situação já é de emergência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com o discurso do senador Hugo Napoleão sobre a seca no Nordeste, e pediu o apoio de todos os parlamentares na busca de soluções para o problema. Suassuna disse que a seca já atinge 143 dos 223 municípios da região. Os estados do Ceará, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Alagoas, conforme o senador, estão em "situação gritante de emergência".

Suassuna informou que em algumas áreas, onde a safra foi destruída e a maioria dos animais mor-

re progressivamente, a seca já tomou proporções catastróficas. Embora o governo federal tenha destinado R\$ 25 milhões ao combate à seca — para fornecimento de cestas básicas e carros-pipas —, o senador observou que a verba é suficiente para apenas dois meses.

O senador lembrou

que o Ministério da Integração Nacional, ao qual estaria afeto o problema da seca, está sem titular des-



Ney Suassuna pede união dos senadores na busca de alternativas

de a demissão de Fernando Bezerra, e ressaltou que somente a união dos parlamentares da região poderá evitar uma calamidade.

Suassuna também respondeu à divulgação, pela imprensa, de que uma assessora sua teria ligações com uma empresa de *lobby*, informando que solici-

tou abertura de inquérito e aguardará as conclusões para tomar as medidas cabíveis.

Calheiros defende pressão sobre equipe econômica

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) alertou ontem o governo federal para a seca no Nordeste e criticou a equipe econômica, que, a seu ver, só se move após muita pressão política e social. Segundo Calheiros, é dramática a situação do sertão nordestino, onde populações de cidades do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe têm promovido saques por causa da fome.

Calheiros salientou que apenas 14,8% dos recursos destinados pelo Orçamento do ano passado para implementar políticas de combate à seca foram liberados pelo governo. Ele criticou também



Calheiros quer ações permanentes contra a seca no Nordeste

o corte abrupto na distribuição de cestas básicas para a população carente da região. Segundo o senador, o povo sertanejo necessita urgentemente de água e alimentos, já que o governo deixou de implementar ação permanente contra a seca.

— O sertão está à beira da era medieval: sem luz, sem água e sem comida. Caso não chova nos próximos meses, 40% dos municípios entrarão em estado de calamidade pública — afirmou, protestando contra o descaso do governo federal, que, avalia, deveria antecipar-se ao drama vivido pelos nordestinos.

De acordo com o senador, os re-

ursos para atender às necessidades básicas são exíguos. Calheiros advertiu que a região pode voltar a enfrentar situação semelhante à de três anos atrás, quando a seca se estendeu por todos os estados do Nordeste e agricultores deixaram suas terras, invadiram cidades e saquearam o comércio para sobreviver.

Calheiros defendeu a adoção de políticas permanentes de combate à seca e convocou os senadores que representam o Nordeste para uma reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, na manhã de hoje.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) elogiou o pronunciamento de Renan Calheiros e criticou o governo de Fernando Henrique pelo descaso com a seca nordestina.

Santos propõe audiência para debater estiagem

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) requereu realização de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-estrutura (CI) para avaliar os efeitos da seca e o planejamento das ações emergenciais e estratégicas no âmbito do Poder Executivo.

O assunto está preocupando o senador, já que o Espírito Santo vem enfrentando déficit hídrico em 2001, com menos chuvas do que em 1998, ano em que a seca foi severa na região do norte capixaba. A preocupação, explicou o senador em discurso ontem no Plenário, é que a estiagem cause a queda na produção e o desemprego na região.

A seca, explicou Ricardo Santos, atinge as regiões do semi-árido — que também abrange parte de Minas Gerais e Espírito Santo —, sendo que o déficit hídrico atinge 68% da área capixaba. Para lidar com a situação, foi criada pelo governo federal a Câmara Setorial Extraordinária para Convivência com a Seca, sob coordenação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. A câmara está estudando, segundo Santos, ações emergenciais e programas de longo prazo para melhorar a qualidade de vida da população em momentos de seca.

— É preciso adotar medidas estruturantes de longo prazo para ajudar a população a se precaver dos efeitos da estiagem cíclica. O governo não pode atuar apenas na calamidade, e sim adotar medidas de longo prazo para afastar características de calamidade pública e situações de emergência — defendeu.

O período mais seco vai de maio a setembro, portanto, está apenas se iniciando e tende a agravar-se. E já foi registrada queda na produção: a produção de café diminuiu cerca de 16%.

Agricultura foi pilar do Plano Real, diz Jonas

Em simpósio sobre o impacto da mudança tecnológica da agropecuária na economia, senador afirma que índices de inflação se encontram hoje em patamares “civilizados” graças à redução do custo dos produtos do campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem, ao participar de simpósio sobre o impacto da mudança tecnológica do setor agropecuário brasileiro no abastecimento, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, que ao longo dos últimos 25 anos pesquisas no setor proporcionaram o barateamento dos produtos. O senador compareceu ao simpósio representando a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Jonas Pinheiro somou-se a nomes como o do economista Paulo Yokota e o do jornalista Rolf Kuntz, do jornal *O Estado de S. Paulo*, ao ressaltar a importância dos produtores rurais para a política econômica do país. No entendimento do parlamentar, “a agricultura foi um dos pilares de sustentação do Plano Real”, pois só graças à redução do custo dos produtos agrícolas é que se pôde permitir que os índices de inflação estejam hoje em patamares “civilizados”.

O fato de a inadimplência no



Jonas representou a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

setor ter diminuído, continuou o senador, é decorrência de os juros cobrados hoje serem muito inferiores aos de 1995, quando a inadimplência alcançava os 40%. Programas de incentivo à agricultura como o de Securitização das Dívidas Agrícolas e o de Revitalização de Cooperativas de Produção Agrícola (Recoop) também ajudaram a reduzir a inadimplência, que hoje não supera os 2%, ressaltou o senador.

Pratini quer atenção aos mercados interno e externo

O ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, disse ontem que a agricultura brasileira deve voltar-se para o mercado externo sem, contudo, esquecer-se do interno. A afirmação foi feita na abertura do seminário sobre o impacto da mudança tecnológica no setor agropecuário na economia brasileira, realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

O seminário, promovido pelo Ministério da Agricultura e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, teve participação de vários especialistas do setor, entre os quais o senador Jonas Pinheiro, coordenador do painel sobre o tema Impactos da Pesquisa Agropecuária no Setor de Abastecimento.

O seminário contou também com a presença do economista Antônio Salazar Pessoa Brandão. Ele informou que, nos

últimos 30 anos, a produção de soja cresceu 430%, com taxa anual em torno de 5%.

O pesquisador Regis Bonelli, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), informou que o desenvolvimento da atividade agropecuária, com a adoção de novas tecnologias, vem trazendo benefícios diretos aos produtores e municípios, com geração de emprego e renda.

O seminário foi dividido em quatro painéis: impactos de novas tecnologias agropecuárias nos indicadores de desempenho do país, no balanço de pagamentos e no abastecimento, e a contribuição das instituições de ciência e tecnologia em todo o processo. Também tomaram parte dos debates o professor José Roberto Mendonça de Barros, professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), e o pesquisador Juarez Baldini Rizzieri, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Comissão defende verbas para MT

A Comissão Mista de Orçamento aprovou a continuidade de liberação de recursos para a restauração de rodovias estaduais em Mato Grosso, obras que fazem parte do Programa de Zoneamento Agro-Ecológico do estado (Prodeagro). A execução orçamentária da obra foi suspensa em virtude de indícios de irregularidades apontados em auditoria realizada em 1998 pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, mas resolução de 2001 do próprio TCU recomendou a continuidade da obra tendo em vista as providências tomadas pelo governo do estado de Mato Grosso para sanar as falhas da execução financeira do projeto.

O ministro do TCU Walter Alencar Rodrigues alega, em seu voto sobre o assunto, que as impropriedades do projeto representam apenas 1,4% do total dos recursos. O senador Antero de Barros (PSDB-MT) ressaltou a importância do Prodeagro para o desenvol-

vimento econômico de Mato Grosso. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a continuidade das obras e disse que o zoneamento ecológico do estado é urgente e garantirá o uso racional das riquezas naturais.

Ainda com relação a mensagens enviadas pelo TCU, a comissão acolheu o parecer pela regularidade da execução orçamentária de três obras: metrô de Belo Horizonte, terminal siderúrgico no Porto de Sepetiba e Aduutora Trairi.

No caso da construção de trechos rodoviários na fronteira norte do país, cujo parecer do TCU também foi pela regularidade das liberações de recursos, a comissão decidiu pedir novas informações ao tribunal. Inspeção realizada em 1999 apontou falhas, como a falta de publicidade nos atos de licitação, o fracionamento de licitações e o pagamento de serviços não executa-



Antero de Barros: Prodeagro trará desenvolvimento



Carlos Bezerra quer uso racional de riquezas

dos. Os parlamentares decidiram solicitar nova análise pelo TCU e envio das conclusões ao Ministério Público para que os responsáveis pelas irregularidades sejam processados.

Foi aprovado requerimento do deputado Gilmar Machado solicitando informações ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sobre informes publicitários publicados em resposta às denúncias da revista *Veja* e do *Jornal do Brasil* sobre tráfico de influência no Conselho Nacional de Educação.

A comissão se reúne hoje, às 9h, para audiência com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, sobre cumprimento das metas fiscais no último quadrimestre.

Governo deverá identificar as áreas desertificadas

As áreas desertificadas do Brasil deverão ser identificadas pelo poder público e só poderão ser exploradas em projetos agrícolas após a adoção de plano de recuperação, com emprego de tecnologia adequada. É o que propõe o projeto de lei da Câmara, já aprovado pelo Senado e sancionado ontem pelo presidente da República.

O objetivo é a interrupção do processo de desertificação que se acelerou em várias regiões do país. De autoria do deputado Odeldo Leão, o projeto obriga o governo a estabelecer cadastros das áreas sujeitas a processos de desertificação e a promover a pesquisa, a geração e a difusão de tecnologias capazes de recuperar o solo degradado.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da matéria no Senado, lembrou em seu parecer que a desertificação é resultante do desmatamento. É o que ocorre na Região Norte, em áreas onde a floresta foi erradicada, no Sul, onde pastagens naturais foram destruídas, e no Nordeste, com a salinização dos campos irrigados. No Sudeste também acontece a diminuição contínua das terras úteis para o cultivo.

Mozarildo recebe título de cidadão santareno

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou ontem em Plenário a homenagem que recebeu da Câmara de Vereadores de Santarém (PA), que lhe concedeu o título de cidadão santareno, por defender a criação do estado do Tapajós a partir de uma divisão no território do Pará.

Mozarildo esteve ainda em Marabá (PA), cidade localizada ao sul daquele estado, onde visitou a Universidade Integrada do Tapajós. Em palestra ministrada aos estudantes de Contabilidade, o senador expôs a idéia de redivisão territorial dos estados da Região Norte para fomentar a ocupação da área.

Além do Tapajós, a criação de outro estado, o do Carajás – cujo território incluiria o sul e o sudeste do Pará –, foi defendida pelo senador, que já propôs também a redivisão territorial do estado do Amazonas. Ele somou ao seu discurso um estudo que defende o estado do Carajás, apresentado por representantes da Câmara Municipal de Marabá.



Mozarildo defende redivisão territorial

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti